

Associação Cultural e de Solidariedade Social de Regadas
Lugar do Saibro Edifício da Junta de Freguesia
4820 - 621 Regadas
FAFE

ATA

Ao abrigo do disposto do n.º 2, alínea b), do artigo 37.º dos Estatutos, no dia trinta de março de dois mil e dezoito, na sede da Junta de freguesia de Regadas, reuniu em Reunião Geral Ordinária, regularmente convocada, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, uma vez que à hora marcada não estavam presentes mais de metade dos associados, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto 1 – Leitura e votação da ata da Assembleia Geral anterior: -----

Ponto 2 – Discussão e votação do Relatório e Contas de Gerência do ano anterior, bem como do parecer do Órgão de Fiscalização:-----

Ponto 3 – Outros assuntos:-----

A sessão iniciou-se, sendo a mesa constituída pelos senhores Rui Mesquita, Joaquim Fernando Alves e Elsa Durães. -----

No que se prende com o ponto um da ordem de trabalhos, a ata da reunião da Assembleia Geral anterior foi lida, posta à votação e devidamente aprovada por maioria, obtendo uma abstenção. -----

Concerente ao ponto dois – Discussão e votação do Relatório e Contas de Gerência do ano anterior, bem como do parecer do Órgão de Fiscalização - o tesoureiro da Direção, Luís Filipe Monteiro Costa apresentou de forma detalhada o respetivo Relatório e Contas, que constitui o anexo I desta ata, tendo seguidamente o Conselho Fiscal dado o seu parecer favorável ao mesmo, constituindo este o anexo II desta ata. Postos à votação, quer o Relatório e Contas de Gerência, quer o parecer do Órgão de Fiscalização, foram aprovados por unanimidade. -----

Em outros assuntos, ponto três da ordem de trabalhos deste plenário, solicitaram a palavra, junto do presidente da mesa, os sócios número catorze, João da Costa Alves,

número cento e setenta e dois, Alberto Costa, número quarenta e quatro, Elsa Maria Costa e número cento e trinta e dois, Rodrigo Filipe Alves.-----

João da Costa Alves questionou os membros da Direção sobre o valor da dívida do empréstimo, tendo-lhe sido dito que, à data, a dívida ascendia sensivelmente a cento e cinquenta mil euros, dado que tinha sido feito um abatimento recente de vinte mil euros, conforme assumido pela Direção na última reunião Geral deste plenário.-----

Por sua vez, Alberto Costa dirigiu-se à mesa referindo que, pelas suas contas, o valor inscrito relativo às cobranças das quotas de sócios não corresponder ao valor inscrito nos recibos passados para esta rúbrica: o mesmo sócio referiu ainda que a Associação estava em dívida para com alguns associados, dado estes terem procedido ao pagamento das suas quotas em duplicado aquando das eleições de dezassete de dezembro de dois mil e dezasseis. Quanto à primeira solicitação, foi esclarecido pelo Vice-presidente da Direção, Paulo Teixeira, que as contas nunca poderiam ser feitas dessa forma tão simples dado que o processo de cobrança de quotas não obedece a nenhum critério objetivo de recolha de valores, em nenhum momento predefinido. A recolha desses montantes é feita respeitando as vontades de cada sócio, fazendo com que os valores recolhidos das quotas de cada ano nunca sejam os valores da soma aritmética dos valores relativos ao ano em causa. Paulo Teixeira explicou ainda que, para ter conhecimento dos valores reais, é sempre necessário saber que valores foram pagos pelos sócios nos anos anteriores. Quanto à suposta duplicação de pagamentos de quotas não corrigida referida pelo mesmo sócio, todos os elementos da Direção mostraram estupefação relativamente a esta confissão, podendo, ao limite e para diversos efeitos, subentender-se que houve intenções, no mínimo, indevidas. Não obstante, Paulo Teixeira referiu que se a Associação estiver em dívida para com algum sócio, bastará o sócio dirigir-se às instalações do Lar e reclamar o valor do pagamento duplicado que efetuou, regularizando assim a sua situação. Referiu ainda que no dia dezassete de dezembro de dois mil e dezasseis, todo o processo de registo de pagamentos foi cuidadosamente feito por si e pelo Presidente da Direção à época, Jorge Teixeira, e que os pagamentos em duplicado detetados foram todos devidamente devolvidos. No seguimento deste assunto, Elsa Maria Costa pretendeu saber se havia sócios com pagamentos em duplicado onde ela é responsável pela cobrança das quotas. No entendimento da Direção, não há nenhuma situação a assinalar. O sócio Alberto Costa referiu então que poderia fazer um donativo desse valor à Associação. Rematando este assunto, Filipe Costa, Tesoureiro da Direção

da Associação referiu que, a existir, esse dinheiro nunca entrou nos cofres da presente Direção e que ninguém pode fazer um donativo de algo que não existe. -----

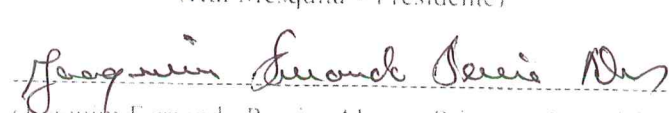
Finalmente, Rodrigo Filipe Alves questionou a Direção no sentido de saber o motivo que realmente levou à impugnação das eleições. Foi-lhe explicado que a Associação Cultural e de Solidariedade Social de Regadas sempre fez questão de se apresentar como um grupo de amigos que, ao longo dos anos, soube trabalhar em prol de um projeto e de um ideal partilhado, que foi a construção de um Lar de Idosos para servir a população que dele necessitava. A forma de trabalhar sempre se pautou por uma confiança em todos os que nesse projeto se envolveram, levando a que, em dados momentos, se optasse por simplificar as coisas embora cumprindo sempre com os objetivos propostos. Em finais de dois mil e dezasseis, foram convocadas eleições, dentro dos prazos temporais definidos pelos Estatutos da Associação, mas não se procedendo, como nunca se tinha procedido em eleições anteriores, à publicação da convocatória em dois órgãos de comunicação, como inserido nos mesmos Estatutos. A única razão para esta não publicação prendia-se com o fator financeiro visto que se tratava de mais um gasto a rondar os trezentos e cinquenta euros. Porém, desta vez, após a publicação dos resultados eleitorais, três sócios da Associação entenderam que a não publicação da convocatória nos dois órgãos de comunicação era motivo para apresentação de uma queixa em tribunal. O resultado foi que o tribunal reconheceu a falta da publicação da referida convocatória e obrigou à repetição do processo eleitoral. Neste sentido, o Presidente da Mesa informou que essa decisão foi devidamente acatada pela Direção e que todo o processo eleitoral será devidamente repetido no próximo mês de abril. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, composta por três folhas, que depois de lida e aprovada, vai ser devidamente rubricada nos termos da lei.-----


A Mesa da Assembleia Geral



(Rui Mesquita – Presidente)



(Joaquim Fernando Pereira Alves – Primeiro Secretário)



(Elsa Durães – Segundo Secretário)

ASS. CULTURAL SOLIDARIEDADE SOCIAL DE REGADAS

Contribuinte: 506774848

Moeda: EUR

BALANÇO (Individual ou consolidado) em 14 de 2017

Rubricas	Notas	2017
ACTIVO		
Activo não corrente		
Activos fixos tangíveis		86 715,68
Bens do património histórico e cultural		965 559,79
Activos Intangíveis		692,53
Investimentos financeiros		2 985,34
Subtotal		1 055 953,34
Activo corrente		
Estado e outros entes públicos		0,00
Outras contas a receber		2 853,14
Diferimentos		658,81
Caixa e depósitos bancários		241 124,25
Subtotal		244 636,20
Total do activo		1 300 589,54
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos Patrimoniais		
Fundos		114 450,00
Resultados transitados		242 128,96
Outras variações de fundos patrimoniais		737 077,33
Subtotal		1 093 656,29
Resultado líquido do exercício		-18 147,15
Total do capital próprio		1 075 509,14
Passivo		
Passivo não corrente		
Financiamentos obtidos		159 851,88
Subtotal		159 851,88
Passivo corrente		
Fornecedores		18 514,93
Estado e outros entes publicos		9 128,68
Outras contas a pagar		37 584,91
Subtotal		65 228,52
Total do Passivo		225 080,40
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 300 589,54

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência

António Pinto Alves
Alfete Matos

O Técnico oficial de contas

Carice Teixeira

**Associação Cultural
e de Solidariedade
Social de Regadas**

ASS. CULTURAL SOLIDARIEDADE SOCIAL DE REGADAS

Moeda: EUR

Contribuinte: 506774848

Demonstração de resultados por naturezas em 13 de 2017

(ESNL)

Rendimentos e Gastos	Notas	2017
Vendas e serviços prestados		0,00
Subsídios, doações e legados à exploração		148 642,12
Variação nos inventários da produção		0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00
Fornecimentos e serviços externos		-154 650,27
Gastos com o pessoal		-273 776,26
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00
Outros rendimentos e ganhos		298 933,74
Outros gastos e perdas		-810,97
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		18 338,36
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-33 023,68
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-14 685,32
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00
Juros e gastos similares suportados		-3 461,83
Resultado antes de impostos		-18 147,15
Impostos sobre o rendimento do período		0,00
Resultado líquido do período		-18 147,15

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência

Ante Carlos Pinto Alves
Ante Felipe Martins Costa

O Técnico oficial de contas

Marisa Teixeira

**Associação Cultural
e de Solidariedade
Social de Regadas**



Associação Cultural e de Solidariedade Social de Regadas

ANEXO do exercício de 2017

ANEXO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 — Denominação da Entidade:

Associação Cultural e de Solidariedade Social de Regadas
Cont 506774848

1.2 — Lugar da Sede Social:

Rua 13 de Maio 405, Regadas, Fafe

1.3 — Natureza da atividade:

Instituição sem fins lucrativos (IPSS) no âmbito de apoio a idosos

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 — As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho.

2.2 — *Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com as disposições do SNC-ESNL em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor. No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 — *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.*

As demonstrações financeiras do exercício de 2017 são comparáveis as do exercício de 2016.

Decorrente da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, as anteriores normas contabilísticas foram objeto de alterações, implicando a revisão dos modelos de demonstrações financeiras em vigor até 31 de dezembro de 2017, através da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1 — Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

Inventários

Não existem Mercadorias e Matérias-Primas

Subsídios do Governo

Os subsídios do governo através da Segurança Social, são provenientes do protocolo existente para as Valências de Lar Internamento e Apoio Domiciliário.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber dos Utentes

Instrumentos Financeiros

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio por turno, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

b) Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras anexas.

3.2 — Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

As políticas contabilísticas não foram alteradas.

3.3 — Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

As estimativas contabilísticas não foram alteradas.

3.4 — Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não foram detetados erros relativamente aos períodos anteriores,
de acordo com o parágrafo 6 da NCRF-ESNL.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 — Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta.

Os terrenos não são depreciados.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	7 a 20
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 14

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

A quantia escriturada, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Associação Cultural e de Solidariedade Social de Regadas

Anexo – exercício de 2017

Rubricas	Situação em 31/12/2017			Situação em 31/12/2016		
	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Outros activos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	114 450,00 €	0,00 €	114 450,00 €	114 450,00 €	0,00 €	114 450,00 €
Edifícios e outras construções	900 490,93 €	52 528,64 €	847 962,29 €	900 490,93 €	34 518,82 €	865 972,11 €
Equipamento básico	88 625,18 €	8 622,31 €	80 002,87 €	86 903,18 €	5 961,89 €	80 941,29 €
Equipamento de transporte	13 610,75 €	4 253,36 €	9 357,39 €	13 610,75 €	850,67 €	12 760,08 €
Equipamento administrativo	3 147,50 €	3 147,50 €	0,00 €	3 147,50 €	3 147,50 €	0,00 €
Outros activos fixos tangíveis	2 011,05 €	1 508,13 €	502,92 €	2 011,05 €	837,85 €	1 843,48 €
activos tangíveis Intangíveis	24 843,90 €	24 151,37 €	692,53 €	24 843,90 €	15 870,90 €	8 973,00 €
Total	1 147 179,31 €	94 211,31 €	1 052 968,00 €	1 145 457,31 €	61 187,63 €	1 084 939,96 €

Rubricas	Quantia escriturada 31/12/2016	Adições	Revalorizações	Alienações	Depreciações	Perdas imparidade	Abates / Transferências	Quantia escriturada 31/12/2017
Outros ativos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	114 450,00							114 450,00
Edifícios e outras construções	865 972,11	0,00			18 009,82			847 962,29
Equipamento básico	80 941,29	0,00			2 660,42			80 002,87
Equipamento de transporte	12 760,08	1 722,00			3 402,69			9 357,39
Equipamento administrativo	0,00				0,00			0,00
Outros activos fixos tangíveis	1 173,20				670,28			502,92
Investimentos em curso	0,00							0,00
Total	1 075 296,68	1 722,00	0,00	0,00	24 743,21	0,00	0,00	1 052 275,47

4.2 — Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos;

Não existem quaisquer restrições à titularidade de ativos fixos tangíveis da Instituição.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1 — Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Todos os itens constantes na rubrica de ativos intangíveis têm a sua vida útil finita.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta, em sistema de duodécimos. As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

Rubricas	Quantia escriturada 31/12/2016	Adições	Revalorizações	Alienações	Amortizações	Perdas imparidade	Quantia escriturada 31/12/2017
Projectos de desenvolvimento	8 973,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8 280,47 €	0,00 €	692,53 €
Programas de computador	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	8 973,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8 280,47 €	0,00 €	692,53 €

5.2 — Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos intangíveis que sejam dados como garantia de passivos;

Não existem quaisquer restrições à titularidade de ativos intangíveis da Instituição, nem ativos intangíveis dados como garantia de passivos.

6. INVENTÁRIOS

7. RENDIMENTOS E GASTOS

7.1 — Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada entre a entidade e o comprador ou utente do ativo

7.2 — Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.

Rubricas	31/12/2017	31/12/2016	Variação
Vendas de bens			0,00 €
Prestação de serviços	269 279,27 €	256 060,99 €	13 218,28 €
Subsidio CRSS	141 922,23 €	145 311,20 €	-3 388,97 €
Subsidio Investimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €
outros	15 231,15 €	16 575,22 €	-1 344,07 €
Total	426 432,65 €	417 947,41 €	8 485,24 €

8. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

8.1 — *Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões.*

Sem movimento

8.2 — *Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.*

Sem movimento.

9. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

9.1 — *Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais*

Sem movimento

9.2 — *Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades;*

Não foram obtidos benefícios sem valor atribuído.

9.3 — *Principais doadores/fontes de fundos.*

Os principais doadores de fundos foram as seguintes entidades coletivas públicas:

- Instituto da Segurança Social (protocolos)

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1 — *Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.*

A entidade reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro, apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

10.2 — Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- a) **Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;**
- b) **Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas;**
- c) **Outros créditos;**
- d) **Fundos subscritos e não realizados;**
- e) **Diferimentos.**

Não se verificam situações desta natureza

10.3 — Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- a) **Empréstimos por obrigações;**
- b) **Dívidas a instituições de crédito;**
- c) **Adiantamentos recebidos sobre encomendas;**
- d) **Dívidas por compras e prestações de serviço;**
- e) **Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar;**
- f) **Dívidas a entidades subsidiárias e associadas;**
- g) **Outras dívidas;**
- h) **Diferimentos.**

10.4 A quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria é a seguinte:

10.4.1 Clientes/Fornecedores/créditos a receber/outros passivos correntes/pessoal

Rubrica	Situação em 31/12/2017	Situação em 31/12/2016
Fornecedores	18 514,93 €	17 185,71 €
Pessoal	14 531,18 €	13 720,21 €
Contas a receber	2 853,14 €	103,14 €
Passivos Correntes	23 053,73 €	9 651,81 €
Total	58 952,98 €	40 660,87 €

10.4.2 Financiamentos obtidos

Associação Cultural e de Solidariedade Social de Regadas
Anexo – exercício de 2017

Rubrica	Situação em 31/12/2017	Situação em 31/12/2016
Financiamentos Obtidos	159 851,88 €	170 956,04 €
Total	159 851,88 €	170 956,04 €

10.4.3 Investimentos financeiros

Não se verificam situações desta natureza

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Investimentos Financeiros», apresentava a seguinte decomposição:

Investimentos Financeiros
Comparticipação da entidade no Fundo de Compensação

Rubrica	Situação em 31/12/2017			Situação em 31/12/2016		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Outros Investimentos Financeiros						
Fundo de Reestruturação do Setor Solitário		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Fundo Compensação do Trabalho	2 985,34 €	0,00 €	2 985,34 €	1 382,84 €	0,00 €	1 382,84 €
Total	2 985,34 €	0,00 €	2 985,34 €	1 382,84 €	0,00 €	1 382,84 €

10.4.4 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Rubricas	31/12/2017	31/12/2016
Caixa de depósitos bancários		
Activos		
Caixa	55 346,59	32 134,14
Depósitos à ordem	185 777,66	213 673,46
Depósitos a prazo		
Total	241 124,25	245 807,60

11. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

11.1 — Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras.

O número médio de funcionários durante o período foi de 25.

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com Pessoal	31/12/2017	31/12/2016
Remunerações dos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações do Pessoal	230 616,91	182 633,42
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	37 482,92	25 171,56
Seguros de acidentes de trabalho	2 481,17	1 643,26
Outros gastos com o Pessoal	3 195,26	2 885,85
Total	273 776,26	212 334,09

11.2 — Compromissos existentes em matéria de pensões.

Não existem quaisquer situações de benefícios pós-emprego (pensões) e outros benefícios a longo prazo de empregados.

11.3 — Membros dos órgãos de direção Remunerações dos órgãos de direção

Os membros dos Órgãos diretivos não são remunerados por tais funções.

12 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

12.1 — Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço:

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção Após o encerramento do exercício, e até à elaboração das presentes demonstrações financeiras, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

13 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

13.1 — Situação tributária e contributiva

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro (Código Contributivo), informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14 OUTRAS DIVULGAÇÕES

14.1 — Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

14.1.1 – Diferimentos

A conta de diferimentos engloba gastos com seguros a serem reconhecidos na demonstração de resultados do período de 2017, de acordo com o princípio do acréscimo (especialização dos exercícios) registados na conta 2813.

Associação Cultural e de Solidariedade Social de Regadas
Anexo – exercício de 2017

14.1.2 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	Situação em 31/12/2017			Situação em 31/12/2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Activos						
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	893,01 €	0,00 €	893,01 €
Total do activo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	893,01 €	0,00 €	893,01 €
Passivos						
Retenção de impostos s/ rendimento	1 133,74 €	0,00 €	1 133,74 €	413,01 €	0,00 €	413,01 €
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contribuições p/ Segurança Social	7 994,94 €	0,00 €	7 994,94 €	6 579,85 €	0,00 €	6 579,85 €
FCT	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do passivo	9 128,68 €	0,00 €	9 128,68 €	6 992,86 €	0,00 €	6 992,86 €

14.1.3 – Outros gastos e perdas / Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as rubricas da demonstração de resultados *Outros gastos e perdas* e *Outros rendimentos e ganhos* e apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	31/12/2017	31/12/2016
Outros gastos e perdas		
Impostos	351,24	304,95
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	15 618,49
Donativos	0,00	0,00
Quotizações	0,00	0,00
Multas e penalidades	0,00	0,00
Subsídios, donativos, bolsas de estudo	0,00	0,00
Outros não especificados	0,00	0,00
Total	351,24	15 923,44
Outros rendimentos e ganhos		
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	72 665,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	1 703,22	0,00
Imputação de subsídios ao investimento	21 143,21	21 243,42
Donativos	877,20	3 795,00
Outros não especificados (quotas sócios)	4 722,00	2 821,00
Pag. Utentes Lar	269 279,27	256 060,99
Outros não especificados	1 208,84	790,00
Total	298 933,74	357 375,41

- O valor inscrito no ano 2016, nas correções relativas a períodos anteriores tem a ver com o valor de subsídio, já reconhecido em anos anteriores mas que não foi contabilizado na conta 7883 – Imputação de Subsídios ao Investimento.

Associação Cultural e de Solidariedade Social de Regadas
Anexo – exercício de 2017

14.1.4 – Fornecimentos e serviços externos

em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as rubricas da demonstração de resultados *Fornecimentos e serviços externos* e apresentavam a seguinte decomposição:

ANO DE 2017

506774848		31 de dezembro	
		2017	2016
61213	GASTOS		
	Custos das Mercadorias consumidas		
	Mercadorias		
	61 Total Mercadorias		
	Fornecimentos e Serviços Externos		
621	Subcontratos		
6221	Trabalhos Especializados	23 316,23	12 283,22
6222	Publicidade e Propaganda	1 145,75	209,10
6224	Honorários		
6226	Conservação e Reparação	150,55	4 102,69
6227	Serviços Bancários	59,36	44,62
6228	Serviços - outros	108,67	11,05
6231	Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	6 864,81	4 664,77
6232	Livros e Documentação Técnica	59,29	
6233	Material de Escritório	1 549,87	1 555,42
6234	Artigos para Oferta	593,98	430,90
6235	Encargos Saúde Utentes		
6238	Material - Outros		
6241	Eletricidade	21 274,40	12 815,14
6242	Combustíveis	6 669,48	5 127,66
6243	Água	4 266,20	3 299,00
6244	Saneamento	2 255,40	1 322,29
6251	Despesas de Deslocação	243,82	198,00
6252	Transportes de Pessoal		
6262	Comunicação	86 092,46	857,94
6263	Seguros	2 196,95	1 902,79
6265	Contencioso e Notariado	165,00	
6266	Despesas de Representação	4 125,35	743,64
6267	Limpeza Higiene e Conforto	34 701,57	30 777,93
6268	Serviços – Alimentação	41460,76	32735,10
6269	Encargos Saude Utentes	2304,45	3 672,67
	62 . Total Fornecimentos e Serviços	154650,27	115 487,61
632	REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	230 616,91	182 633,42
635	ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	37 482,92	25 171,56
636	SEGUROS DE ACID TRAB E DOENÇ PROF	2 481,17	1 643,26
637	GASTOS DE AÇÃO SOCIAL	36,04	0,00
638	OUTROS - Gastos com Pessoal	3 159,22	2 885,85
	63 Total	273 776,26	212 334,09